

Descrever os fatores de risco com efetivo potencial de influenciar a decisão de investimento, observando as categorias abaixo e, dentro delas, a ordem decrescente de relevância:

a) Emissor

Riscos relacionados a estratégia de internacionalização.

A estratégia de internacionalização realizada pela Companhia trouxe consigo riscos inerentes aos países escolhidos para os investimentos, apesar de tais iniciativas estarem guiadas por oportunidades de expansão do negócio. Este processo gera a necessidade de a Unidade estar alinhada ao mercado, cultura e regras de negócio local, assim como expõe ela a riscos políticos e econômicos referentes a localidade, como exposição cambial e fatores macroeconômicos.

A internacionalização do negócio pode ter um impacto sobre o resultado das operações, visto o aumento de despesas por investimentos nos negócios existentes ou novas aquisições, como possíveis impactos na lucratividade por resultados negativos das unidades locais.

Os volumes investidos passam por uma avaliação interna e foram proporcionalmente menores naqueles países avaliados com maior risco político ou econômico. Os resultados e projeções das unidades externas são acompanhados periodicamente com o intuito de apoiar em estratégias e ações que gerem resultado. O modelo de negócio em cada mercado, com presença em quatro continentes, é constantemente reavaliado e tem permitido adicionar valor a empresa via resultado financeiro e experiências de gestão junto a diferentes mercados.

Riscos relacionados à concorrência.

O setor de ônibus apresenta diversos fabricantes, seja no Brasil como no exterior, num contexto de alta competição. A concorrência pode provocar flutuações no *market share* e na rentabilidade do produto. O desafio permanente tem sido manter a satisfação e fidelidade do cliente, via desenvolvimento de produtos avançados e com alta qualidade, focados nas necessidades do cliente e a preços alinhados com esta proposta, mesmo em um cenário inflacionário recente. Além disso, a empresa tem se preparado para o novo mercado de mobilidade, por meio de investimentos em inovações e desenvolvimento de novos produtos e serviços que agreguem valor ao cliente. Com esta abordagem, a Marcopolo tem se mantido como uma das líderes mundiais no setor, com uma expressiva parcela de clientes demonstrando confiança e fidelidade à marca ao longo dos anos.

Riscos relacionados à segurança da informação.

A eficiência operacional da Companhia decorre, dentre outros fatores, do emprego de tecnologias inovadoras, métodos e processos desenvolvidos internamente. As informações sensíveis e confidenciais ao negócio podem ser divulgadas a pessoas não autorizadas e, conseqüentemente, afetar a competitividade e o desempenho da Empresa. Este risco tem aumentado devido ao cenário recente de colaboradores em estações remotas de trabalho.

Adicionalmente, a informação percorre, via estruturas e sistemas, em toda a cadeia de valor da organização. Portanto, há o risco de parada parcial ou total das operações que dependem de tecnologia, caso não haja um bom gerenciamento da estrutura de TI ou um plano de continuidade falho.

Consciente desse risco, a Companhia tem constantemente desenvolvido novos processos e sistemas de segurança para proteção da tecnologia, tanto da estrutura como dos sistemas, bem como pactuado formalmente com sua cadeia de parceiros (fornecedores, parceiros) o resguardo de tais interesses. Além disso, vem investindo constantemente em treinamentos para os colaboradores e parceiros. Por fim, cabe destacar que a Companhia possui uma política de segurança de dados e continuamente aprimora as ações para aderência a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

Riscos relacionados ao crédito nas vendas.

Os produtos da Marcopolo possuem alto preço de venda devido ao tipo de produto ofertado, ônibus pesados e carrocerias. As vendas realizadas geram um valor total de compromisso de pagamento dos clientes, que caso não seja cumprido, pode comprometer a saúde financeira. A empresa no interesse de confirmar a venda, corre o risco de conceder crédito superior a capacidade financeira do cliente, assim como efetuar vendas para clientes com restrição de crédito, inadimplentes, ou com limite de créditos excedidos.

Historicamente as vendas passam por uma análise de crédito interno, e são condicionadas à vinculação de financiamento pré-aprovado ou carta de crédito (exportação) ou de modo distinto a clientes parceiros da Companhia, no caso, a concessionários Volare ou a montadoras de chassis. As parcelas não cobertas pelo financiamento principal (Finame, quando possível) são liquidadas por linhas de crédito distintas,

previamente negociadas pelo cliente com o banco. Os eventuais riscos residuais são alvo de monitoramento da empresa, com provisão para perdas no balanço.

No Banco Moneo, as operações de financiamento, em sua maioria, são viabilizadas para compra de ônibus da Marcopolo, além de linhas de crédito a fornecedores, os quais também contam com o desconto de títulos por insumos vendidos a Marcopolo. Também há a concessão de empréstimos a concessionários Volare e representantes. Os riscos nestas operações são geridos e mitigados por práticas definidas e padronizadas, em linha com o usualmente empregado pelas instituições financeiras. Para os créditos em situação de risco é constituída uma provisão para perdas, alinhada com o perfil dos clientes, as garantias existentes, e as expectativas de cobrança. Como um todo, este risco é também amenizado pela recorrente pulverização das operações.

Riscos relacionados a decisões desfavoráveis em processos judiciais ou administrativos.

A Companhia é ré em processos judiciais e administrativos de natureza cível, trabalhista, tributária e corre o risco de obter decisões desfavoráveis devido as autoridades não acolherem as argumentações apresentadas, obrigando o pagamento de valor indenizatório.

Tais riscos estão mitigados considerando a existência de equipe de advogados e especialistas tributários responsável por elaborar as defesas e monitorar os processos continuamente. Em paralelo, um comitê interno avalia ações de adequação na Empresa para evitar processos futuros. Os valores dos processos classificados como prováveis de perda são provisionados contabilmente, valor que historicamente tem se mostrado suficiente para cobrir as perdas reais.

Risco de recrutamento, retenção e promoção de profissionais não capacitados.

O alcance dos objetivos da empresa está condicionado diretamente as pessoas e a sua capacidade profissional de executar suas atividades, em todos os níveis hierárquico. Para responder a este risco, a Marcopolo possui um processo padronizado de recrutamento de profissionais, via processo interno ou externo, para que seja escolhido o perfil correto para a vaga disponível. Além disso, a empresa valoriza a cultura do feedback constante para desenvolvimento profissional e estimula seus funcionários a manterem-se cada vez mais capacitados em busca de aperfeiçoamento profissional, inclusive por meio da Universidade Marcopolo que oferece treinamentos online e presenciais. A empresa identifica seus talentos e profissionais chaves para retenção, e as promoção para cargos superiores passa pela avaliação interna e por um processo de desenvolvimento de carreira e sucessão definidos.

Riscos relacionados às relações trabalhistas com seus colaboradores.

A combinação de um modelo de produção com mão de obra intensiva e um processo produtivo com movimentação de materiais pesados pode gerar acidentes e incidentes de trabalho em suas unidades. Além disso, muito embora todo o esforço praticado pela Companhia no intuito de manter relações amistosas com os sindicatos dos trabalhadores, que representam a maioria de seus colaboradores, não podem ser descartados os riscos de eventuais pleitos de considerável repercussão financeira, quer em termos de reajustes de salários e/ou por benefícios indiretos adicionais aos colaboradores. Estas iniciativas são capazes de gerar transtornos importantes, sobretudo via possíveis paralisações temporárias, que significam interrupções na produção e nas vendas.

Tais fatos negativos têm sido gerenciados com a devida cautela pelos responsáveis, levando-se em conta a orientação e cuidado aos colaboradores para minimizar a existência de acidentes, assim como a manutenção de relação de diálogo construída entre as partes.

Riscos relacionados à confiabilidade do produto e recalls.

Pelos produtos fabricados, a Companhia é responsável pela reparação de falhas ou eventual substituição do produto defeituoso, nos prazos convencionados nos manuais dos produtos e/ou por força de lei. Ameniza os presentes riscos o fato de a Marcopolo possuir políticas de qualidade, bem como de procedimentos e metodologias estruturados para avaliação da causa raiz e tratamento dos problemas, para ao final fornecer aos clientes produtos com a qualidade requerida. Diante dos acionamentos de garantia, a Companhia possui um quadro estruturado de profissionais para a prestação dos serviços requeridos. E diferentemente das iniciativas de “recalls”, a Companhia em determinadas situações promove “campanhas” de recuperação de algum lote de carros, as quais por suas características dispensam veiculação dos procedimentos pela mídia.

Riscos relacionados à proteção do patrimônio físico da companhia.

A Marcopolo pelo seu tamanho e por estar inserida no setor industrial, possui um patrimônio de pessoas, equipamentos, infraestrutura, materiais, entre outros, que estão suscetíveis a ocorrência de qualquer evento que possa causar danos a empresa e gerar prejuízos. Os eventos podem ser originados de forma interna, por um mau uso de equipamento como também por fatores externos.

Diante deste cenário a Empresa realiza orientações aos colaboradores do correto uso e cuidado ao patrimônio existente, assim como possui os planos de manutenção preventiva e corretiva. A gestão dos seus ativos é realizada via controle das suas entradas, movimentações e saídas a fim de manter o seu patrimônio atualizado e identificado. Há também a contratação de seguros para a sua proteção contra eventuais sinistros.

b) Seus acionistas, em especial os acionistas controladores

A Companhia corre o risco de ser controlada por um grupo controlador, cujos interesses poderão ser contrários aos interesses dos demais acionistas. No entanto, o grupo controlador tem se mostrado, desde a fundação da empresa, presente nas decisões de interesse da Companhia e seus acionistas. A estrutura de Governança Corporativa em um nível maduro e aderente as boas práticas de mercado - conquistado ao longo dos anos - tem apoiado na transparência das ações tomadas pela Companhia. Adicionalmente, o alinhamento entre o planejamento estratégico e as iniciativas estabelecidas têm suportado a Companhia no alcance dos objetivos traçados.

c) Com relação à suas controladas e coligadas

As empresas controladas e coligadas atuam no mesmo setor da matriz, portanto estão sujeitas aos mesmos riscos, conforme a localidade que atuam. Os riscos internos ou externos, seja por concorrência, crises econômicas ou políticas, maior carga tributária, custo da mão de obra, corte de estímulos fiscais, ou qualquer outro aspecto, podem afetar o resultado financeiro, ou num estágio mais grave, a continuidade de suas operações. O apoio da unidade matriz às controladas e coligadas, monitoramento dos riscos, e acompanhamento dos resultados operacionais e financeiros, são cruciais para que elas se mantenham alinhadas ao planejamento estratégico e para prevenção de materialização de riscos que possam impactar a Companhia.

d) Com relação aos seus administradores

Riscos relacionados ao desabastecimento ou inflação de materiais para a operação

Riscos presentes na carteira de fornecedores por aqueles que apresentam dificuldades de atender os pedidos de compra acordados, seja pela sua situação financeira, impontualidade nas entregas, ineficiência operacional, entre outros motivos, que acabam impactando no processo produtivo da Companhia.

Em termos de principais insumos adquiridos, cabe destaque as matérias-primas (aços, alumínio, plástico, vidro) e materiais importados que correm riscos em termos de aumento inflacionários devido à eventos externos de mercado (guerra, pandemia), desvalorização da moeda ou aumento dos preços nacionalmente, impactando nos custos dos produtos produzidos.

A Companhia possui, para os materiais estratégicos, fornecedores principais e alternativos com o objetivo de mitigar o risco de desabastecimento. Adicionalmente, há um monitoramento periódico do desempenho inflacionário de cada grupo de mercadoria utilizado no produto, de modo que ações mitigatórias sejam geradas caso necessário.

Para reduzir os impactos produtivos, a Companhia possui um Comitê Tático, onde são discutidas ações visando a sustentabilidade operacional.

Riscos relacionados a qualidade do produto do fornecedor

Materiais adquiridos de fornecedores cuja qualidade não atenda as especificações mínimas exigidas podem impactar na qualidade do produto final elaborado pela Marcopolo. Por isso, há a conferência do material no momento do recebimento, assim como a avaliação periódica da qualidade do material oferecido, inclusive com testes de laboratório quando necessário. Os acionamentos de assistência técnica pelo cliente também são monitorados para avaliar se a causa raiz pode ser um material recebido do fornecedor.

e) Com relação aos seus fornecedores

Riscos de reputação do produto junto aos clientes

A carteira atual de clientes é um importante ativo da Companhia, visto que há vendas periódicas de lotes aos mesmos clientes com o objetivo de reposição do produto, pelo menos, de parte da frota, conforme exigido por lei.

Ainda que haja movimentação na carteira devido à concorrência ou por conta de casos isolados de insatisfação, os riscos inerentes são minimizados diante do fato de a Empresa apresentar um nome e produtos consolidados no mercado, possuir um relacionamento próximo com os atuais clientes, e buscar diversificar cada vez mais sua carteira.

f) Com relação aos seus clientes

Riscos relacionados à deterioração da conjuntura econômica

Fatores como aumento nas taxas de juros, menor disponibilidade de financiamentos, recessão, e deficiências na matriz energética podem reprimir as demandas de produtos nos mercados afetados. Nos anos de 2020 e 2021, com o advento da Pandemia do COVID-19 gerou reflexos negativos nesses fatores. Todavia, os anos de 2022, 2023 e 2024 foram anos de importante retomada para o setor em que a Companhia está inserida, bem como para sua reestruturação e fortalecimento.

A expectativa é de manutenção desse cenário positivo para o ano corrente e os subsequentes principalmente devido ao fato de que a Marcopolo mantém um relacionamento próximo com os seus clientes e parceiros com o intuito de buscar soluções alternativas para concretização de suas vendas. Além de possuir uma Gestão Financeira ativa para reduzir possíveis impactos negativos no negócio.

Riscos relacionados ao avanço de outros modelos de transportes

Já há algum tempo que o transporte rodoviário de ônibus tem sido afetado negativamente pela oferta de passagens aéreas a preços mais acessíveis, expansão da demanda por carro próprio pelos consumidores, e disponibilidade de aplicativos de locomoção. Estes riscos são presentes no setor e não sinalizam sua reversão no curto e médio prazo. De qualquer forma, é consenso de que o transporte rodoviário possui um papel crucial no país para a mobilidade em massa dos passageiros dentro das cidades, entre municípios, estados, e até mesmo países.

Além disso, o avanço do desejo de veículos com outros modais de propulsão – elétricos, hidrogênio, gás – tem desafiado a Companhia a desenvolver produtos que atendam essa parcela do mercado crescente.

A Marcopolo e seus clientes têm direcionado seus esforços por oferecer produtos com o maior conforto, qualidade e tecnologia para que o consumidor final tenha uma boa experiência. A inovação tem sido um alicerce da Empresa para se manter diferenciada no mercado, e oferecer produtos e serviços de mobilidade em busca da sustentabilidade do modelo de negócio.

Sustentabilidade do modelo de negócio

g) Com relação aos setores de atuação da economia

Riscos relacionados à legislação e à regulação.

Tendo-se presente que o setor de ônibus, no segmento de linhas reguladas pelo poder público, é composto por expressiva quantidade de veículos para seu atendimento, este segmento é fatalmente dependente dos rumos dados pelos agentes políticos com o fim de promover maior ou menor renovação ou até expansão da frota de ônibus. Assim, fica o setor exposto às respectivas políticas expressas na legislação, com os consequentes riscos materializáveis de menor estímulo à renovação desta frota de ônibus, como também a Companhia exposta a necessidade de atender todas as leis e regulamentações para que não resulte em multas, penalizações ou glosas tributárias. A Empresa trabalha com sua equipe de Engenheiros experientes para que os modelos desenvolvidos e especificações solicitadas pelos clientes atendam as regulamentações da região.

h) Com relação à regulação do setor de atuação

Riscos relacionados ao comércio internacional.

Para o setor de ônibus, o mercado internacional apresenta riscos importantes relacionados ao crédito em determinados países foco de exportações, bem como em termos de restrições aos volumes (cotas), ou pela tributação acentuada de produtos importados com elevada industrialização (ônibus completos ou carrocerias).

i) Com relação aos países estrangeiros de atuação

Riscos relacionados ao descarte incorreto de resíduos

Os riscos de cunho ambiental assumem relevância para a Companhia diante de potenciais situações graves de descarte incorreto de elementos poluentes. Amenizam fortemente estes riscos as políticas existentes com a devida supervisão exercida em prol do correto descarte destes elementos. Corrobora este entendimento o fato de a Companhia contar com a certificação ISO 14001, gestão dos requisitos ambientais, bem como buscar cada vez mais adotar ações em linha com as práticas de ESG (*Environmental, Social and Governance*).

j) Com relação às questões sociais

A questão social sempre foi olhada com muito cuidado pela Marcopolo. A empresa mantém uma Fundação, onde atua com projetos sociais nas áreas de esportes, cultura e educação. Atualmente este braço social atende mais de 30 mil pessoas, 10 escolas e 7 mil famílias nas regiões que possui plantas fabris.

Além disso, a Companhia possui o programa Menor Aprendiz, onde seleciona adolescentes para receberem treinamentos e após serem inseridos nas mais diversas áreas da Empresa. Atualmente, a Marcopolo possui gestores nos mais diversos níveis que iniciaram a sua carreira no referido programa.

k) Com relação às questões ambientais

Questões ambientais sempre são cruciais em indústrias. Neste sentido, a Companhia possui a certificação ISO 14001, o que demonstra que a Marcopolo busca obter um desempenho ambiental correto, protegendo o meio ambiente, minimizando os impactos das operações e prevenindo a poluição. A Companhia ainda possui KPIs internos, os quais são monitorados periodicamente pela alta gestão da empresa.

l) Com relação às questões climáticas, incluindo riscos físicos e de transição

A Marcopolo possui parques fabris com tamanhos consideráveis, o que deixa riscos físicos e relacionados questões climáticas sempre em holofotes. Por esta razão, a Companhia conta com uma equipe patrimonial que, além de gerir o patrimônio físico da empresa, tem como objetivo verificar aderência de apólices de seguro com a realidade da Companhia.

Cabe citar ainda, que a Marcopolo realiza ações e treinamentos periódicos junto aos colaboradores, como a Semana Interna de Prevenção de Acidentes, Semana do Meio Ambiente, entre outros.

m) Com relação a outras questões não compreendidas nos itens anteriores

Não aplicável.

Indicar os 5 (cinco) principais fatores de risco, dentre aqueles enumerados no campo 4.1, independentemente da categoria em que estejam inseridos entre os principais fatores dos riscos constantes no item 4.1., e existentes na Matriz de Risco controlada pela administração da companhia, podemos citar:

1. Fatores econômicos e políticos no respectivo mercado
2. Incertezas nos cenários político e macroeconômico
3. Ataques cibernéticos atingindo a Marcopolo ou fornecedores críticos
4. Insatisfação de clientes e/ou redução da percepção do valor dos produtos Marcopolo pelos clientes
5. Incurrer em práticas vedadas pela Lei Anticorrupção

Descrever, quantitativa e qualitativamente, os principais riscos de mercado a que o emissor está exposto, inclusive em relação a riscos cambiais e a taxas de juros.

Riscos relacionados à exposição em moeda estrangeira.

Os resultados da Companhia estão suscetíveis a variações, pois os seus ativos e passivos estão atrelados à volatilidade da taxa de câmbio, principalmente do dólar norte-americano. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia possuía ativos, passivos e operações forward denominados em moeda estrangeira, nos montantes descritos a seguir (em milhares de reais):

Consolidado				
2024				
	Contas a receber de clientes	Fornecedores	Empréstimos	Forwards
Moedas				
Dirhams	771	316	-	-
Dólares americanos	67.834	14.508	1.663.815	80.441
Dólares australianos	54.136	26.378	130.528	-
Pesos argentinos	54.767	10.813	-	-
Franco suíço	-	2.559	-	-
Randes sul-africanos	42.756	7.143	1.791	-
Renminbis chineses	8.868	8.462	-	-
Pesos mexicanos	112.925	99.196	-	-
	<u>342.057</u>	<u>169.375</u>	<u>1.796.134</u>	<u>80.441</u>

Consolidado				
2023				
	Contas a receber de clientes	Fornecedores	Empréstimos	Forwards
Moedas				
Dirhams	272	272	-	-
Dólares americanos	115.515	8.125	1.004.806	43.997
Dólares australianos	44.462	34.922	176.752	-
Pesos argentinos	3.505	17.589	1.647	-
Randes sul-africanos	23.439	7.027	1.733	-
Renminbis chineses	6.795	7.351	19.008	-
Pesos mexicanos	127.199	44.948	2.092	-
	<u>321.187</u>	<u>120.234</u>	<u>1.206.038</u>	<u>43.997</u>

Como estratégia para prevenção e redução dos efeitos da flutuação da taxa de câmbio, a Empresa adota a política de manter *hedge* natural com a manutenção de ativos também em moeda estrangeira. Para fins de apuração da exposição cambial, a posição é monitorada pela área Financeira para que não exceda o limite máximo de exposição autorizado por norma interna, que limita o valor em até US\$ 20 milhões.

Riscos da taxa de juros

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 as taxas médias ponderadas de juros anuais foram as seguintes:

Empréstimos e Financiamentos	2024	2023
Moeda Nacional		
Empréstimos bancários	2,23%	6,20%
Depósitos interfinanceiros	12,48%	12,10%
FINEP	5,43%	5,76%
FDE – Fundos de desenvolvimento	3,00%	3,00%
Notas de créditos exportação	17,18%	11,18%
FUNDOPEM	5,83%	-
Partes relacionadas	CDI	CDI
Moeda Estrangeira		
Pré-pagamento de exportação em dólares norte-americano	3,14%	3,14%
Notas de créditos de exportação -USD	5,18%	4,28%
Financiamento em randes	12,05%	12,02%
Financiamento em renminbi	-	6,42%
Financiamento em dólares australianos	6,88%	6,09%
Financiamento em pesos mexicanos	-	5,07%
Financiamento em pesos argentinos	-	51,46%
Moeda Nacional		
Captações no Mercado Aberto:		
BNDES - Operações Pré-fixadas	15,54%	15,70%
BNDES - Operações Pós-fixadas	IPCA + 1,16%	IPCA + 1,30%
BNDES - Operações Pós-fixadas	SELIC + 1,33%	SELIC + 1,38%

Os resultados da Companhia são suscetíveis a perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado, ou diminuam as receitas financeiras relativas às aplicações financeiras. A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de novas operações para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas.

Riscos relacionados a moeda das vendas

Os valores de venda são particularmente geridos - como reflexo da gestão de risco cambial e taxas de juros acima referida - com o travamento da taxa de câmbio pela contratação de adiantamentos à exportação e *forwards* (ACC, ACE, PPE, NDF, entre outros).

A posição consolidada de Contas a Receber de Clientes é denominada nas seguintes moedas:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Real	540.453	463.912	1.909.996	1.479.950
Dirham	-	-	771	272
Dólar Americano	288.227	226.752	67.834	115.515
Dólar Australiano	-	-	54.136	44.462
Peso Argentino	-	-	54.767	3.505
Rande	-	-	42.756	23.439
Renminbi	-	-	8.868	6.795
Peso Mexicano	-	-	112.925	127.199
	<u>828.680</u>	<u>690.664</u>	<u>2.252.053</u>	<u>1.801.137</u>

Os riscos residuais nas operações acima são proporcionalmente pequenos, sendo constituída provisão para perdas em 31 de dezembro de 2024 no montante de R\$ 56.669 mil (controladora) e R\$ 130.854 mil (consolidado). Vide tabela abaixo:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Saldo em 1º de janeiro de 2023	(5.991)	(14.154)
Reversão de provisão	-	3.795
Provisão registrada no exercício	(9.867)	(34.476)
Transferências (*)	(1.492)	-
Variação cambial	-	18.577
	<hr/>	<hr/>
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(17.350)	(26.258)
Reversão de provisão	493	5.817
Provisão registrada no exercício	(2.054)	(8.219)
Variação cambial	-	(1.086)
	<hr/>	<hr/>
Saldo em 31 de dezembro de 2024	<u>(18.911)</u>	<u>(29.746)</u>

Riscos relacionados à inflação de insumos.

As principais *commodities* (aços, alumínio, plástico, vidro, espuma) vem sofrendo ajustes no preço de mercado a nível mundial. A inflação dos preços de compra para cada grupo de materiais é monitorada continuamente para definição de ações que visam reduzir o impacto para a Companhia, desta forma tem-se gerido os efeitos da inflação via repasse periódico destes efeitos em seus preços dos produtos, bem como por iniciativas de contenção de aumentos nos preços de seus insumos e demais custos, seja via renegociações de valor de compra, desenvolvimento de fornecedor substituto, desenvolvimento de material substituto, busca de eficiência na operação e outros custos.

Processos judiciais, administrativos ou arbitrais em que a Companhia ou suas controladas sejam parte, discriminando entre trabalhistas, tributários, cíveis e outros: (i) que não estejam sob sigilo, e (ii) que sejam relevantes para os negócios da Companhia ou de suas controladas.

a) Contingências passivas

A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis, tributários e outros em andamento e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa quanto na judicial. Quando aplicáveis, as demandas são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela administração, amparada pela opinião de seus consultores legais externos e internos.

As contingências que, na opinião dos assessores jurídicos da Companhia, são consideradas como perdas possíveis ou prováveis em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 estão apresentadas a seguir. As contingências consideradas de perdas prováveis estão provisionadas.

Natureza	Controladora			
	2024		2023	
	Provável	Possível	Provável	Possível
Cível	10.551	63.948	3.990	64.265
Trabalhista	80.858	80.504	94.276	104.385
Tributário	38.899	395.977	35.298	740.787
	<u>130.308</u>	<u>540.429</u>	<u>133.564</u>	<u>909.437</u>
Natureza	Consolidado			
	2024		2023	
	Provável	Possível	Provável	Possível
Cível	11.509	63.948	5.225	64.265
Trabalhista	83.977	82.068	96.765	106.889
Tributário	38.899	401.419	35.298	745.462
	<u>134.385</u>	<u>547.435</u>	<u>137.288</u>	<u>916.616</u>
Depósitos judiciais	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Cível	4.256	4.470	4.256	4.470
Trabalhista	12.729	14.234	12.887	14.290
Tributário	40.087	40.776	40.452	41.266
	<u>57.072</u>	<u>59.480</u>	<u>57.595</u>	<u>60.026</u>

(i) Cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte em ações judiciais de natureza cível e trabalhista, dentre as quais constam ações de indenização por acidentes de trabalho e por doenças ocupacionais. Nenhuma dessas ações se refere a valores individualmente significativos.

(ii) Tributárias

A Companhia e controladas são parte em ações judiciais de natureza tributária. A seguir, descrevemos a natureza das principais causas:

Provisionadas

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
REINTEGRA – apropriação de crédito (i)	662	662	662	662
Regime Fiscal Especial – crédito tributário (ii)	965	901	965	901
IRPJ 2010, 2011 e 2012 (iii)	8.985	7.931	8.985	7.931
Outras contingências	28.287	25.804	28.287	25.804
	38.899	35.298	38.899	35.298

- (i) Contingência relativa a crédito de REINTEGRA – contingência decorrente de divergência de procedimento no pleito do crédito de Reintegra referente ao 1º e 2º Trimestre de 2012.
- (ii) Contingência concernente à discussão dos procedimentos adotados para a fruição de benefícios fiscais utilizados na comercialização dos produtos.
- (iii) Contingência atinente à discussão dos procedimentos adotados para compensação do imposto de renda pago no exterior.

Não provisionadas

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
PIS, COFINS e FINSOCIAL – compensações	-	3.096	-	3.096
COFINS – pedido de restituição (i)	28.906	27.463	28.906	27.463
PIS, COFINS – crédito	14.736	11.802	14.736	11.802
PIS – compensações (ii)	19.918	18.648	19.918	18.648
IPI – crédito	4.465	4.206	4.465	4.206
IRPJ - lucro inflacionário realizado a menor	-	3.381	-	3.381
IRPJ e CSLL – Saldo Negativo (iii)	20.387	19.387	20.387	19.387
PIS, COFINS – Exclusão do ICMS (iv)	72.771		72.771	
IRPJ e CSLL – IR pago no exterior (v)	12.102	1.517	12.102	1.517
IRPJ e CSLL – lucros do exterior (vi)	91.759	110.382	91.759	110.382
DCP – Atualização monetária (vii)	37.324	34.874	37.324	34.874
REINTEGRA – Compensação (viii)	19.818	18.626	19.818	18.626
ICMS - saídas com alíquota reduzida para não contribuintes (ix)	8.400	8.490	8.400	8.490
ICMS – documentos fiscais inidôneos (x)	-	2.519	-	2.519
INSS – serviços tomados de pessoas jurídicas	5.690	5.407	5.690	5.407
IPI – enquadramento (xi)	-	376.959	-	376.959
LC160 – compensação (xii)	-	38.793	-	38.793
Outras contingências de menor valor	59.701	55.237	65.143	59.912
	395.977	740.787	401.419	745.462

- (i) Contingências cujas perspectivas de perda são consideradas possíveis, relativas a procedimentos questionados pela fiscalização, quanto a pedidos de restituição de COFINS. O processo administrativo encontra-se em andamento no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais – CARF.
- (ii) Contingência cuja perspectiva de perda é considerada possível, relativa a valores inscritos em dívida ativa, provenientes de compensações não homologadas derivadas de créditos obtidos em processo judicial. O processo encontra-se em andamento no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais – CARF.
- (iii) Contingência cuja perspectiva de perda é considerada possível, relativa a procedimentos questionados pela fiscalização, quanto a pedidos de restituição de saldo negativo de IRPJ e CSLL. O processo encontra-se em andamento perante o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais.
- (iv) Contingência cuja perspectiva de perda é considerada possível, relativo a créditos oriundos da ação judicial de exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS, a qual está sendo analisada pelos nossos assessores jurídicos.

- (v) Contingência cuja perspectiva de perda é considerada possível, relativa a discussão sobre a glosa de imposto de renda pago no exterior no exercício de 2017. O processo encontra-se em andamento perante o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais.
- (vi) Contingência cuja perspectiva de perda é considerada possível, relativa a discussão sobre glosa de compensações realizadas com impostos do exterior. O processo encontra-se em andamento perante o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais. Alguns processos relacionados a este tema foram julgados pelo CARF de forma favorável ao contribuinte.
- (vii) Contingência cuja perspectiva de perda é considerada possível, relativa a discussão sobre créditos DCP – Demonstrativo de crédito Presumido, referente a glosa da atualização monetária e multa isolada aplicada em decorrência das declarações não homologadas. O processo encontra-se em andamento perante o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais.
- (viii) Contingência cuja perspectiva de perda é considerada possível, relativa a discussão sobre crédito de reintegra, em razão de divergência de procedimento no pleito do crédito. O processo encontra-se em andamento perante a Delegacia Regional de Julgamento – DRJ.
- (ix) Contingência cuja perspectiva de perda é considerada possível, da controlada, relativa a discussões sobre ICMS - saídas com alíquota reduzida para não contribuintes estabelecidos fora do Estado. O processo encontra-se em andamento perante o Conselho de Contribuintes do Estado do Rio de Janeiro.
- (x) Contingência relativa a discussões sobre ICMS, por suposta emissão de documentos fiscais com erro na aplicação da alíquota, em operações de venda a não contribuintes estabelecidos fora do Estado. Os processos foram julgados procedentes a favor do contribuinte, anulando o débito fiscal.
- (xi) Contingência relativa à discussão sobre IPI, em razão de divergência de procedimento no enquadramento do produto. O processo foi julgado procedente para a favor do contribuinte, anulando o débito fiscal.
- (xii) Contingência cuja perspectiva de perda é considerada possível, relativa à discussão sobre a abrangência do conceito de subvenção para fins de tributação do IRPJ e CSLL. Com o advento do Edital de Transação por Adesão no contencioso tributário de relevante e disseminada controvérsia jurídica nº 04/2024 a Companhia optou pela inclusão do contencioso no Programa de parcelamento.

Processos, individualmente relevantes para a Companhia:

Processo nº 11020.721.998/2016-33 e 11020.721.999/2016-88	
a. juízo	Receita Federal do Brasil
b. instância	Conselho Administrativo de Recursos Fiscais
c. data de instauração	Em 25.08.2016 a empresa recebeu a intimação sobre a lavratura do Auto de Infração.
d. partes no processo	Polo ativo: Fazenda Nacional Polo passivo: Marcopolo S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 31.608.756,75
f. principais fatos	Autos de infração lavrados pela Autoridade Fiscal, referente ao ano de 2010, onde o Fisco deixou de reconhecer parte dos valores que compunham o crédito pleiteado pela empresa (saldo negativo), referente a quitação de estimativas mensais, mediante a compensação, e referente ao imposto pago no exterior. Apresentada Manifestação de Inconformidade, sobreveio acórdão da DRJ (parcialmente procedente) acolhendo, os argumentos da empresa em relação aos débitos devidos por estimativas determinando que não cabe a glosa dessas antecipações na apuração do imposto a pagar ou do saldo negativo apurado na DIPJ. Em relação a parte controversa a empresa apresentou, em 09.05.17, Recurso Voluntário com toda a documentação suporte, comprovando efetivamente a integralidade do imposto pago no exterior, nos termos da IN 213/02. O Recurso foi parcialmente provido, reduzindo o valor da glosa fiscal. A empresa aguarda intimação formal do resultado do julgamento para eventual novo recurso.
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	Possível: R\$ 28.255.523,07 Provável: R\$ 3.353.233,68
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Processo ainda na esfera administrativa, existindo ainda toda a esfera judicial para ser discutida. Em caso de perda, o impacto seria no montante de R\$ 31.608.756,75, o que representa 0,79% do Patrimônio Líquido da Companhia, apurado em 31.12.2024.

Processo nº 11020.901.682/2017-12 e 11020.901.683/2017-59	
a. juízo	Receita Federal do Brasil
b. instância	Conselho Administrativo de Recursos Fiscais
c. data de instauração	Em 18.05.2017 a empresa recebeu a intimação sobre a lavratura do Auto de Infração.
d. partes no processo	Polo ativo: Fazenda Nacional Polo passivo: Marcopolo S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 27.287.860,88
f. principais fatos	Autos de infração lavrados pela Autoridade Fiscal, referente ao ano de 2011, onde o Fisco deixou de reconhecer parte dos valores que compunham o crédito pleiteado pela empresa (saldo negativo), referente a quitação de estimativas mensais, mediante a compensação, e referente ao imposto pago no exterior. Apresentada Manifestação de Inconformidade, sobreveio acórdão da DRJ (parcialmente procedente) acolhendo, os argumentos da empresa em relação aos débitos devidos por estimativas determinando que não cabe a glosa dessas antecipações na apuração do imposto a pagar ou do saldo negativo apurado na DIPJ. Em relação a parte controversa a empresa apresentou, em 16.11.17, Recurso Voluntário com toda a documentação suporte, comprovando efetivamente a integralidade do imposto pago no exterior, nos termos da IN 213/02. O processo teve determinada diligência, tendo a empresa apresentado manifestação tempestiva. Processo aguarda nova apreciação.
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	Possível: R\$ 21.659.964,77 Provável: R\$ 5.627.896,11
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Processo ainda na esfera administrativa, existindo ainda toda a esfera judicial para ser discutida. Em caso de perda, o impacto seria no montante de R\$ 27.287.860,88, o que representa 0,68% (0,89) do Patrimônio Líquido da Companhia, apurado em 31.12.2024.

Processo nº 11020.905.249/2017-48 e 11020.905.250/2017-72	
a. juízo	Receita Federal do Brasil
b. instância	Delegacia Regional de Julgamento em Campo Grande/MS
c. data de instauração	Em 16.10.2017 a empresa recebeu a intimação sobre a lavratura do Auto de Infração.
d. partes no processo	Polo ativo: Fazenda Nacional Polo passivo: Marcopolo S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 8.634.492,86
f. principais fatos	Autos de infração lavrados pela Autoridade Fiscal, referente ao ano de 2012, onde o Fisco deixou de reconhecer parte dos valores que compunham o crédito pleiteado pela empresa (saldo negativo), referente a quitação de estimativas mensais, mediante a compensação, e referente ao imposto pago no exterior. Apresentada Manifestação de Inconformidade, sobreveio acórdão da DRJ (parcialmente procedente) acolhendo, os argumentos da empresa em relação aos débitos devidos por estimativas determinando que não cabe a glosa dessas antecipações na apuração do imposto a pagar ou do saldo negativo apurado na DIPJ. Em relação a parte controversa a empresa apresentou, em 16.11.17, Recurso Voluntário com toda a documentação suporte, comprovando efetivamente a integralidade do imposto pago no exterior, nos termos da IN 213/02. O processo teve determinada diligência, tendo a empresa apresentado manifestação tempestiva. Processo aguarda nova apreciação.
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	Possível: R\$ 8.577.041,59 Provável: R\$ 57.451,27
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Processo ainda na esfera administrativa, existindo ainda toda a esfera judicial para ser discutida. Em caso de perda, o impacto seria no montante de R\$ 8.634.492,86, o que representa 0,21% (0,28%) do Patrimônio Líquido da Companhia, apurado em 31.12.2024.

Processo nº 11020.724.678/2012-10	
a. Juízo	Receita Federal do Brasil
b. Instância	Conselho Administrativo de Recursos Fiscais
c. data de instauração	Em 17.01.2013 a empresa recebeu a intimação sobre a lavratura do Auto de Infração.
d. partes no processo	Polo ativo: Fazenda Nacional Polo passivo: Marcopolo S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 5.689.516,44

f. principais fatos	Auto de infração lavrado pela Autoridade Fiscal pretendendo realizar a cobrança de INSS, SAT/RAT e contribuições de terceiro sobre valores pagos a consultorias (pessoas jurídicas) estabelecidas por ex-empregados para prestação de serviços de assessoramento e consultoria no ano de 2007, serviços estes que na opinião do Fisco caracterizariam vínculo trabalhista. Contribuição Previdenciária sobre parte da remuneração direta e indireta dos expatriados paga no exterior. Apresentada Manifestação de Inconformidade, sobreveio acórdão da DRJ mantendo o lançamento Fiscal. Em 13.06.14 foi protocolado Recurso Voluntário que ainda não foi apreciado pelo CARF. Em julgamento, foi dado parcial provimento para redução da multa imposta. Em 2024 foi apresentado novo recurso pelo contribuinte, o qual aguarda julgamento.
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	Possível
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Processo ainda na esfera administrativa, existindo ainda toda a esfera judicial para ser discutida. Em caso de perda, o impacto seria no montante de R\$ 5.689.516,44, o que representa 0,14% do Patrimônio Líquido da Companhia, apurado em 31.12.2024.

Processo nº 11020.904.354/2012-55, 11020.904.358/2012-33 e 11020.904.372/2012-37 *	
a. juízo	Receita Federal do Brasil
b. instância	Delegacia Regional de Julgamento em Ribeirão Preto/SP
c. data de instauração	Em 20.07.2014 a empresa recebeu a intimação sobre a lavratura do Auto de Infração.
d. partes no processo	Polo ativo: Fazenda Nacional Polo passivo: Marcopolo S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 13.932.289,73
f. principais fatos	Autos de infração lavrados pela Autoridade Fiscal, glosando créditos de PIS e COFINS relativos a custos incorridos com fretes de chassis (fretes relacionados a venda de ônibus) e créditos de PIS e COFINS importação vinculados à receita de exportação (proporcionalização). As manifestações de inconformidade foram protocoladas em 20.08.14. Em novembro de 2019 a empresa foi intimada dos acórdãos da DRJ que julgaram parcialmente procedente a Manifestação de inconformidade. A empresa apresentou recursos que aguardam julgamento definitivo no CARF. O principal argumento de defesa é que o conceito de insumo, para fins de creditamento de PIS e COFINS, deve ser aferido a luz dos critérios da essencialidade e relevância, considerando-se a importância do item para o desenvolvimento da atividade econômica desempenhada pelo contribuinte.
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	Possível: R\$ 9.439.942,99 Provável: R\$ 1.771.807,04
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Processo ainda na esfera administrativa, existindo ainda toda a esfera judicial para ser discutida. Em caso de perda, o impacto seria no montante de R\$ 13.932.289,73, o que representa 0,34% do Patrimônio Líquido da Companhia, apurado em 31.12.2024.

* No campo número de processo estão listados apenas os processos com valores mais relevantes, uma vez que possuímos 54 processos relacionados a este tema. Os dados relacionados nos demais campos se referem a todos os 54 processos.

Processo nº 11020.906.351/2012-56, 11020.906.352/2012-09, 11020.901.527/2013-64, 11020.904.364/2013-71, 11020.901.528/2013-17, 11020.901.529/2013-53 e 11020.901.530/2013-88.	
a. juízo	Receita Federal do Brasil
b. instância	Delegacia Regional de Julgamento em Ribeirão Preto/SP.
c. data de instauração	Em 2012, 2013 e 2017 a empresa recebeu as respectivas intimações sobre a lavratura dos Autos de Infração.
d. partes no processo	Polo ativo: Fazenda Nacional Polo passivo: Marcopolo S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 33.856.040,82
f. principais fatos	Autos de infração lavrados pela Autoridade Fiscal, questionando o procedimento adotado para o ressarcimento dos créditos de PIS e COFINS (pedidos de ressarcimento trimestral complementar). A empresa apresentou Manifestação de inconformidade e está aguardando julgamento na DRJ. – Precedentes do CARF afirmam que muito embora tenham ocorridos erros formais na formulação dos pedidos de ressarcimento, é legítimo o direito ao crédito da empresa, em razão do Princípio da verdade material.

	O processo n. 11020.906.350/2012-10 foi arquivado positivamente.
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	Possível
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Processo ainda na esfera administrativa, existindo ainda toda a esfera judicial para ser discutida. Em caso de perda, o impacto seria no montante de R\$ 33.856.040,82, o que representa 0,85% do Patrimônio Líquido da Companhia, apurado em 31.12.2024.

Processo nº 11020.720.575/2016-04	
a. juízo	Receita Federal do Brasil
b. instância	Delegacia Regional de Julgamento em Salvador/BA
c. data de instauração	Em 30.03.2016 a empresa recebeu a intimação sobre a lavratura do Auto de Infração.
d. partes no processo	Polo ativo: Fazenda Nacional Polo passivo: Marcopolo S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 37.323.538,01
f. principais fatos	Auto de infração lavrado pela Autoridade Fiscal, referente a glosa da atualização monetária sobre os créditos de DCP (crédito presumido de IPI). A empresa apresentou Manifestação de inconformidade em 28.04.16, sendo julgada improcedente. Após, em sede de Recurso Voluntário, houve afastamento da multa isolada aplicada. Em relação ao mérito, aguarda julgamento do recurso protocolado. O principal argumento de defesa da empresa é que o crédito compensado contempla a atualização monetária do crédito, contada a partir da ocorrência do fato gerador, observando a Súmula nº 411 do STJ.
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	Possível
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Processo ainda na esfera administrativa, existindo ainda toda a esfera judicial para ser discutida. Em caso de perda, o impacto seria no montante de R\$ 37.323.538,01, o que representa 0,93% do Patrimônio Líquido da Companhia, apurado em 31.12.2024.

Processo nº 11020.912.598/2012-10, 11020.912.599/2012-56, 11020.912.600/2012-42, 11020.912.601/2012-97, 11020.912.602/2012-31, 11020.912.603/2012-86 e 11020.912.604/2012-21.	
a. juízo	Receita Federal do Brasil
b. instância	Delegacia Regional de Julgamento em Salvador/BA.
c. data de instauração	Em 04.08.2013 a empresa recebeu as respectivas intimações sobre a lavratura dos Autos de Infração.
d. partes no processo	Polo ativo: Fazenda Nacional Polo passivo: Marcopolo S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 5.885.109,68
f. principais fatos	Autos de infração lavrados pela Autoridade Fiscal, pelo fato de a empresa apropriar créditos de IPI nas aquisições de matéria-prima, produto intermediário e material de embalagem. A empresa apresentou Manifestação de inconformidade, tendo, no entanto, o lançamento sido mantido. O principal argumento é que as aquisições de produtos realizadas pela empresa foram veiculadas por notas fiscais nas quais consta o destaque do IPI e não consta qualquer observação acerca da suspensão do referido imposto, do que decorre, em face do princípio da não cumulatividade, o pleno direito à adjudicação de créditos por parte da Marcopolo. A empresa apresentou Recurso Voluntário, o qual pende de julgamento. O processo n. 11020.906.036/2013-18 foi arquivado, com baixa parcial por compensação. O restante foi pago pela empresa.
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	Possível: R\$ 4.259.760,20 Provável: R\$ 1.625.349,48
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Processo ainda na esfera administrativa, existindo ainda toda a esfera judicial para ser discutida. Em caso de perda, o impacto seria no montante de R\$ 5.885.109,68, o que representa 0,15% do Patrimônio Líquido da Companhia, apurado em 31.12.2024.

Processo nº 11020.902.531/2013-40, 11020.901.532/2013-77, 11020.904.943/2013-14, 11020.900.435/2014-48, 11020.900.862/2014-26 e 11020.903.261/2017-18.	
a. juízo	Receita Federal do Brasil

b. instância	Delegacia Regional de Julgamento em Porto Alegre/RS
c. data de instauração	Em 2013, 2014 e 2017 a empresa recebeu as respectivas intimações sobre a lavratura dos Autos de Infração.
d. partes no processo	Polo ativo: Fazenda Nacional Polo passivo: Marcopolo S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 19.846.192,62
f. principais fatos	Autos de infração lavrados pela Autoridade Fiscal, não reconhecendo parte dos créditos de REINTEGRA (data de averbação vs data da emissão). A empresa apresentou Manifestação de Inconformidade e está aguardando julgamento na DRJ. Em que pese tenha a empresa apresentado toda documentação suporte que efetivamente demonstram a integralidade o direito creditório, a Manifestação foi improvida, sendo interposto Recurso Voluntário, o qual pende de julgamento.
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	Possível: R\$ 19.183.873,42 Provável: R\$ 662.319,20
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Processo ainda na esfera administrativa, existindo ainda toda a esfera judicial para ser discutida. Em caso de perda, o impacto seria no montante de R\$ 19.846.192,62, o que representa 0,50% do Patrimônio Líquido da Companhia, apurado em 31.12.2024.

Processo Administrativo	Processo judicial correspondente 2024
E04-045/000237/2014	0023782-41.2018.8.19.0021 - Anulado em sede judicial
E04-045/000238/2014	0168166-94.2017.8.19.0001
E04-045/000239/2014	Encaminhado para arquivo em razão de baixa administrativa procedente à empresa
E04-045/000240/2014	Encaminhado para arquivo em razão de baixa administrativa procedente à empresa
E04-045/000241/2014	Encaminhado para arquivo em razão de baixa administrativa procedente à empresa
E04-045/000242/2014	0022472-24.2023.8.19.0021
E04-045/000243/2014	0054898-31.2019.8.19.0021
E04-045/000244/2014	Encaminhado para arquivo em razão de baixa administrativa procedente à empresa
E04-045/000245/2014	0022105-73.2018.8.19.0021
E04-045/000248/2014	0054897-46.2019.8.19.0021
E04-045/000249/2014	0054894-91.2019.8.19.0021
E04-045/000250/2014	0054899-16.2019.8.19.0021
E04-045/000251/2014	0054895-76.2019.8.19.0021
E04-045/000252/2014	0022106-58.2018.8.19.0021
E04-045/000253/2014	0054896-61.2019.8.19.0021
E04-045/000254/2014	Encaminhado para arquivo em razão de baixa administrativa procedente à empresa
E04-045/000255/2014	Encaminhado para arquivo em razão de baixa administrativa procedente à empresa
E04-045/000258/2014	0022107-43.2018.8.19.0021
a. juízo	Secretaria da Fazenda do Estado do Rio de Janeiro.
b. instância	Conselho de Contribuintes
c. data de instauração	Em 29.09.2014 a empresa recebeu as intimações sobre a lavratura dos Autos de Infração.
d. partes no processo	Polo ativo: Estado do Rio de Janeiro - Fazenda Estadual/RJ Polo passivo: Ciferal Indústria de Ônibus Ltda.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 8.400.391,82
f. principais fatos	<p>Processos judiciais oriundos de autos de Infração lavrados pela Autoridade Fiscal Estadual do Rio de Janeiro, sob o argumento que a Ciferal teria se creditado indevidamente do imposto (ICMS), relativo a aquisição de bens destinados a consumo, como: Moldes, Perfil, Resina, Alicates, Chave, Martelo, Baldes, Latas, Broca, Lima, Lixa, Serra, Filme p/ teto, Fita crepe, Limpador de Superfície e Papel.</p> <p>Em decorrência das defesas apresentadas, os processos E04-045/000239/2014, E04-045/000240/2014, E04-045/000241/2014, E04-045/000244/2014, E04-045/000254/2014 e E04-045/000255/2014 (anulados em sede administrativa) foram arquivados com decisão positiva para a empresa.</p> <p>O processo E04-045/000237/2014 restou com lançamento anulado após decisão judicial.</p>

	Em relação aos processos E04-045/000238/2014, E04-045/000242/2014, E04-045/000243/2014, E04-045/000245/2014, E04-045/000248/2014, E04-045/000249/2014, E04-045/000250/2014, E04-045/000251/2014, E04-045/000252/2014, E04-045/000253/2014, E04-045/000258/2014, manteve-se o lançamento fiscal em via administrativa, sendo encaminhados à via judicial, com apresentação de defesa pela empresa, as quais pendem de julgamento definitivo.
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	Possível
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Processo judicial oriundo de autos de infração. Em caso de perda, o impacto seria no montante de R\$ 8.400.391,82, o que representa 0,21% do Patrimônio Líquido da Companhia, apurado em 31.12.2024.

Indicar o valor total provisionado, se houver, dos processos descritos no item 4.4:

A Companhia e suas controladas não são parte em processos sigilosos em que a Companhia ou suas controladas sejam parte e que não tenham sido divulgados nas seções 4.3 e 4.4 deste Formulário de Referência.

Em relação aos processos sigilosos relevantes em que o emissor ou suas controladas sejam parte e que não tenham sido divulgados no item 4.4, analisar o impacto em caso de perda e informar os valores envolvidos:

A Companhia e suas controladas não são parte em processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, baseados em fatos e causas jurídicas semelhantes, que não estejam sob sigilo e que em conjunto sejam relevantes, além dos processos judiciais ou administrativos na seção 4.4 deste Formulário de Referência.

Descrição de outras contingências relevantes não abrangidas pelos itens anteriores:

Não se aplica.